

Por Newton Quadros (*)



Com uma população de 213 milhões de habitantes em 2022 (IBGE), o Brasil alcançou a marca de 50,5 milhões de pessoas (ANS, janeiro de 2023) inseridas no Sistema Suplementar de Saúde, ou seja, cerca de 24% da população. São 162,5 milhões de pessoas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A divisão orçamentária destes dois segmentos demonstra a assimetria existente: o SUS tem um orçamento de R\$ 146 bilhões para 2023, enquanto o Sistema Suplementar de Saúde deverá apresentar um gasto aproximado com despesas assistenciais de R\$ 206 bilhões no mesmo ano. Observando as tendências econômicas para 2023, a inflação e os juros deverão permanecer em patamares elevados, combinando com uma desaceleração econômica mundial.

Em analogia às tempestades meteorológicas mais severas, que são o resultado de uma combinação complexa e específica de fatores, podemos pensar que o futuro próximo do sistema de saúde brasileiro parece estar exatamente neste contexto. Estamos caminhando para uma tempestade perfeita? Não se trata apenas da fonte de financiamento dos setores público e privado, mas também dos modelos de gestão e de negócios adotados, do baixo uso da tecnologia, ações incipientes de interoperabilidade de dados e informações, necessidade de melhores processos de comunicação e cooperação entre os agentes dos sistemas público e privado, de um plano de desenvolvimento, em uma ótica mais voltada para a cooperação entre os integrantes do sistema de saúde.

Nesse contexto desafiador, podemos olhar para o tema eficiência operacional, seja no ambiente interno operacional, seja no externo operacional, como uma das ações estratégicas efetivas para fortalecer o sistema de saúde. Quando olhamos para dentro das empresas e grupos econômicos, que atuam no setor saúde, percebemos uma avenida de oportunidades de melhorias de desempenho e, conseqüente, redução de custos desnecessários, vital para a sustentabilidade no longo prazo. No setor público, a opção pelo modelo de Concessões, Lei federal 8.987/95, e de Parcerias Público-Privadas mostra-se como uma alternativa viável para a oferta de estruturas de saúde de qualidade para a população, com a participação do setor privado, monitorado pelo governo e pela Lei 8.666/93, Lei das Licitações.

A coordenação do cuidado integrada com a assistência terciária e quaternária, gera melhores resultados assistenciais e reduz o custo desnecessário, ao contrário do modelo excessivamente hospitalocêntrico. A grande cirurgia ambulatorial nos EUA, por exemplo, reduziu os custos em mais

de 30%, segundo o sistema público Medicare. No Canadá, 83% dos procedimentos cirúrgicos já são realizados em Ambulatory Surgery Centers - ASC. O processo de “desospitalização” teve início na década de 1970 nos EUA, que hoje conta com cerca de 6.500 unidades de cirurgias ambulatoriais. No entanto, aqui no Brasil estamos a dar os primeiros passos mais estruturados. Falta regulamentação, prioridade do poder público, dados confiáveis e adequado entendimento por parte do setor privado dos benefícios técnicos e financeiros dessa modalidade de serviço.

A saúde é essencial e prioritária. Repensar, inovar, assumir riscos e cooperar são ações indispensáveis para enfrentar os desafios do presente e do futuro. É necessário desenvolver um sistema de saúde sustentável, com qualidade de entrega assistencial para a população e racionalidade em suas estruturas. Afinal, todos somos usuários e precisamos que o sistema funcione adequadamente.

(*) **Newton Quadros** é graduado em Administração de Empresas, especialista em Qualidade Hospitalar e Governança Corporativa. Além de ser responsável técnico pelo projeto do Neo Life em Brasília e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Ambulatorial - SOBRACAM.

Fonte: Conversa Comunicação, em 26.06.2023